

## CORREIO NORTE

Kit Nascimento / Ascom Sead



Publicações entre 1945 a 1974 agora estão disponíveis

### Amapá lança acervo digital de jornais históricos

O governo do Amapá disponibilizou ao público o maior acervo digitalizado de jornais históricos do estado, reunindo edições dos periódicos Amapá e Novo Amapá, publicadas entre 1945 e 1974. O novo acesso foi lançado durante a inauguração do Parque Residência e pode ser consultado por meio do Portal da Imprensa Oficial. Desenvolvida pela Secretaria de Estado da Administração (Sead), a ferramenta organiza cronologicamente as publicações e amplia o acesso da população a documentos históricos. Além de preservar a memória administrativa, política e social do estado, o portal oferece serviços remotos da Imprensa Oficial. Ao todo, são 28 anos de edições semanais digitalizadas, agora disponíveis para pesquisa.

### Amapá se destaca em Direitos Humanos

A Caravana dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Amapá encerrou a programação da Região Metropolitana após percorrer Mazagão, Santana e Macapá, fortalecendo políticas de cidadania e inclusão social. Coordenada pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (Sedih), o evento funcionou como um "Governo Presente", deslocando estruturas resolutivas diretamente para os locais de maior vulnerabilidade social.

Ascom RO



O objetivo é ter mais policiamento nas ruas

### Rondônia investe em segurança

O governo de Rondônia autorizou a destinação de R\$ 58.488.118,18 para a Segurança Pública do estado, conforme Lei nº 6.423, publicada na terça-feira (2), no Diário Oficial do Estado e sancionada pelo governador Marcos Rocha, ao instalar uma nova fase de combate à criminalidade com maior proteção. O objetivo, segundo o governador é ampliar a rede de proteção ao cidadão rondoniense com mais policiamento nas ruas, expandir o uso de tecnologias de ponta, modernizar os serviços, incluindo recursos para emissão mais eficiente de documentos.

### Programa social em Tocantins

O governo do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju), realiza desta terça, 9, a sexta-feira, 12, a capacitação do Projeto CRIA – Prevenção e Cidadania, marcando a adesão do Estado a dois novos programas nacionais voltados à prevenção do uso de álcool e outras drogas no ambiente escolar: Elos – Construindo Coletivos e #TamoJunto.

### Plataforma

O governo do Amapá lançou o projeto 'Central do Enem nos Municípios', com uma plataforma online gratuita de videoaulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio, além de aulas híbridas em 19 escolas-polo distribuídas pelos municípios do Amapá. As aulas são divididas por áreas do conhecimento.

### Nota máxima

O governo de Rondônia apresentou, em audiência pública na Assembleia Legislativa, a avaliação do cumprimento das metas fiscais e da trajetória da dívida pública referentes ao exercício de 2025. A apresentação atende às exigências da Lei de Responsabilidade e reforça o compromisso da gestão estadual.

### Mutirão

No Marajó, desta terça-feira (9) até quinta-feira (11), o escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará em São Sebastião da Boa Vista, participará de um mutirão para ribeirinhos assentados da reforma agrária, com foco em quem é beneficiário do programa Bolsa Verde.

### Turismo

Com apoio do governo do Tocantins, por meio da Secretaria dos Esportes e Juventude (Seju), Palmas recebeu a 5ª etapa do MX1GP Brasil Sportbay 2026. O evento reuniu mais de 300 pilotos de 22 países no Parque Sussupara e consolidou a Capital como uma das principais sedes da maior competição de motocross da América Latina.

### Ações

O Detran do Pará intensificou ações educativas de trânsito em Santa Bárbara do Pará e Capanema durante todo o feriado de Corpus Christi. As equipes treinadas orientaram condutores, ciclistas e pedestres, além de apoiar a organização do tráfego nos eventos religiosos para reforçar a segurança viária.

### Acolhimento

Após o colapso da ponte Frei Paolino Baldassari, em Sena Madureira, na última sexta-feira (5), o governo estadual do Acre mobilizou uma força-tarefa integrada para atender as vítimas, prestar apoio às famílias afetadas e coordenar ações emergenciais para minimizar os impactos do acidente.



Ponte desabou na última sexta-feira, 5

# Acre aciona Justiça após queda de ponte

## Estado cobra assistência às vítimas e reparação dos danos

O governo do Acre ingressou na Justiça para responsabilizar a empresa responsável pela construção da Ponte Frei Paolino Baldassari, em Sena Madureira, que desabou na última sexta-feira (5). As medidas judiciais foram protocoladas pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE/AC), em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária (Deracre), com o objetivo de garantir atendimento às vítimas, reconstrução da estrutura e reparação dos prejuízos causados pelo acidente.

As ações foram ajuizadas no sábado (6), um dia após o colapso da ponte. Segundo o governo estadual, a prioridade é assegurar assistência às famílias atingidas e responsabilizar a empresa pela obra. A governadora Mailza Assis afirmou que a orientação foi agir com rapidez para proteger a população afetada e resguardar o interesse público.

Na primeira medida judicial, o Estado solicitou que a construtora forneça assistência material às vítimas, incluindo cobertura de despesas médicas, hospitalares e de reabilitação não atendidas pela rede pública. Também foi requerido o envio de equipe técnica especializada para vistoriar a estrutura remanescente, apresentar laudo técnico sobre as condições da ponte e executar ações emergenciais para evitar novos danos.

O pedido inclui ainda a apresentação de um cronograma detalhado para reparo e reconstrução da travessia. Em caso de descumprimento das determinações, o Estado requereu a aplicação de multas diárias.

Paralelamente, a PGE protocolou uma ação cautelar para garantir eventual ressarcimento aos cofres públicos. A medida pede o bloqueio de ativos financeiros, a indisponibilidade de imóveis e veículos da empresa e restrições sobre créditos que ela tenha a receber de órgãos públicos, com o objetivo de assegurar recursos para a reparação dos danos causados à população e ao Estado.

Nas ações, o governo destacou que a ponte foi entregue definitivamente em janeiro de 2024 e que o contrato prevê a responsabilidade da construtora pela solidez e segurança da obra durante o período de garantia. O Estado também ressaltou que o desabamento ocorreu menos de dois anos após a conclusão da estrutura.

Ainda na noite de sábado, o Poder Judiciário acolheu parte dos pedidos formulados pelo Estado. A decisão determinou que a Construtora Cidade Ltda. apresente, em até cinco dias, um plano de assistência às famílias afetadas por erosões, instabilidade das margens ou outros riscos decorrentes do colapso. O descumprimento poderá gerar multa diária de R\$ 50 mil.